

# O POVOAMENTO DA ÁREA DE ALJUSTREL

por

Artur Martins, João Muralha, Alexandra Estorninho  
e Carlos Ramos

**Resumo:** Refere-se a evolução diacrónica do povoamento na vila de Aljustrel e sua área envolvente, quer através da análise das recolhas artefactuais, quer de sondagens efectuadas nos diversos sítios arqueológicos localizados na área em estudo. É dado um maior relevo à intervenção no Castelo, o que juntamente com a continuação das escavações e de um programa de investigação com forte componente de prospecção, nos irá obrigar à revisão de algumas problemáticas actuais.

**Palavras-chave:** Diacronia. Medieval-Islâmico. Castelo de Taipa.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. História dos trabalhos no Castelo de Aljustrel

Quando em 1988, a Junta de Freguesia de Aljustrel deu início às obras de arranjo paisagístico do morro de Nossa Sra. do Castelo, obras que incluíam novo sistema de iluminação do local, plantação de novas espécies arbustivas e arranque das existentes, criação de caminhos, ajardinamento e recuperação daquilo que se pensava serem as antigas muralhas do Castelo, foram postas a descoberto diversas estruturas enterradas, bem como inúmero espólio cerâmico e lítico, medieval e pré-histórico.

Tendo tomado conhecimento destes factos, a Unidade Arqueológica de Aljustrel, achou por bem efectuar a prospecção sistemática do local, aproveitando o remeximento de terras resultante da abertura de valas pelos trabalhadores da Junta de Freguesia, para instalação de cabos eléctricos. Para tal, fez deslocar ao local alguns dos seus membros.

Alertado o ex-SRAZS, na pessoa da Dra. Susana Correia, foi por esta indicado que as obras deveriam parar, até poder ser feita uma sondagem para determinar o potencial arqueológico do local.

Depois de efectuada a sondagem, verificou-se estarmos em presença de um sítio com ocupação calcolítica e reocupado no período medieval-islâmico.

Todos estes factos levaram a que fosse proposta a classificação do local como Imóvel de Interesse Público, o que veio a acontecer através do Decreto 26-A/92 de 92.06.01.

Posteriormente, é-nos comunicado pela CMA que é sua intenção instalar no morro do Castelo, dois depósitos de água para abastecimento da população, o que irá implicar movimentos de terras no local e a eventual destruição de vestígios arqueológicos.

Em face de tudo isto, decidi a UAAL elaborar um projecto, que fosse de encontro ao seu interesse científico de estudo do sítio, e ao interesse da CMA em preservar o seu património cultural, sem que esta deixe de efectuar os melhoramentos que julgue necessários para o bem estar da população.

O projecto, que engloba o estudo, musealização e recuperação paisagística do sítio, foi apresentado ao IPPAR (ex-IPPC), tendo obtido um parecer favorável do seu Conselho Consultivo em 92.04.13.

## 1.2. Enquadramento geográfico e ambiente arqueológico

A vila de Aljustrel situa-se no centro de um pequeno conjunto de morros com altitudes muito semelhantes que sobressaem nitidamente na paisagem da peneplanície alentejana, em terrenos do paleozóico.

Trata-se de uma pequena intrusão (5 Km de comprimento por 1 Km de largura) de Tufos ácidos riolíticos, quartzo-queratofíricos e felsitos, rodeada por uma estreita faixa de xistos siliciosos e tufitos, xistos negros e xistos borra de vinho. Esta intrusão está orientada de NO/SE, encontrando-se a NO, no seu início, a Falha da Messejana. Em volta da intrusão e para SE da Falha da Messejana encontramos os terrenos da Formação de Mértola (Grupo do Flysch do Baixo Alentejo).

O Castelo de Aljustrel, concretamente, situa-se sobre um horizonte com 40-50 m de espessura (Formação Siliciosa do Paraíso) constituída por xistos siliciosos a filitos sericíticos com pequenas ocorrências de tufos e manganês.

Aljustrel possui em seu redor, terrenos com boa aptidão agrícola, relativa quantidade de pequenos cursos de água e grande quantidade de recursos mineiros, nomeadamente de pirites (de onde se extrai cobre, prata e ouro) e manganês.

Estas características fizeram com que, desde muito cedo, se tenham aqui estabelecido comunidades, como o comprovam os diversos vestígios aqui recolhidos e que apontam para uma ocupação ininterrupta desde o Neolítico.

O morro onde se situa o Castelo encontra-se muito próximo do chapéu de ferro de Algaes (em volta do qual se situava a cidade romana de “Vipasca” e a necrópole de Valdoca), cerca de 1 Km para Sul, onde se situava o maior filão de cobre e prata da região, intensamente explorado no período Romano.

Possui excelentes condições naturais de defesa, não só porque é o ponto mais elevado de uma extensa área de vários quilómetros em redor, mas também porque possui vertentes relativamente abruptas que dificultam o seu acesso. Do seu topo consegue-se facilmente avistar Ferreira do Alentejo, Ervidel ou Castro Verde e, em dias mais limpos, consegue-se mesmo avistar Beja. A sua encosta SE (a mais suave de todas) dá acesso a um pequeno vale encaixado entre três outras elevações mais baixas. Foi para este vale que se deu a incipiente expansão urbana no período medieval, talvez devido às condições de defesa que apresentava, já que apenas se torna visível na aproximação pelo Sul.

Um outro filão, menos importante mas igualmente explorado naquela época é o de S. João do Deserto, situado cerca de 500 metros a ONO, na base do morro da Mangancha, onde foram detectados vestígios de ocupação desde a Idade do Bronze até ao período Romano (Domergue, 1983).

Por outro lado, no próprio morro do Castelo e no da Mangancha situavam-se pequenas jazidas de manganês que foram exploradas até final do século passado.

O morro é aplanado no seu topo, apresentando uma planta ligeiramente oval com cerca de 100 metros de comprimento por 30 metros de largo orientada no sentido NO/SE. Tem umas vertentes relativamente inclinadas sem ser abruptas, sendo a mais suave a de SE. Entre este morro e o da Mangancha, situado a cerca de 400 metros na direcção NO, existe uma ligeira crista que forma uma ligação natural entre estas duas elevações.

Possui algumas Oliveiras (*Olivaria*) dispersas, estando as vertentes agricultadas com gramíneas e algumas leguminosas.

O Castelo de Aljustrel situa-se na freguesia e concelho de Aljustrel, Distrito de Beja e tem as coordenadas GAUSS 196965,32/101655,02 (ponto 0 da estação e F.F.33 da rede geodésica nacional) da Carta Militar de Portugal nº 529 (Aljustrel) na escala 1/25000. Tem uma altitude média de 243 m; encontrando-se um vértice geodésico de 1ª ordem na extremidade NW e a Ermida de Nossa Sra. do Castelo no extremo oposto. O acesso é feito através de uma estrada que sobe pela encosta SO até quase ao topo ou, em alternativa, por uma grande escadaria que sobe pela encosta SE. Integra-se na bacia hidrográfica da Ribeira do Roxo (afluente do Rio Sado), situando-se na sua margem esquerda.

### 1.3. Referências escritas

Actualmente, para a população da vila de Aljustrel, o Morro de Nossa Senhora do Castelo não é mais do que um local de lazer, tendo perdido uma boa parte das características sagradas que lhe eram atribuídas, mas que ainda hoje se podem testemunhar pelas procissões e ex-votos dedicados à Santa da Ermida de

### Nossa Senhora do Castelo.

No entanto, algumas pessoas associam o local a lendas “mouriscas”, identificando o topónimo Castelo com uma construção que ali teria existido no “tempo dos mouros”.

Na realidade, são vários os documentos que referem a existência de um castelo em Aljustrel. O mais antigo, data de Março de 1235 e refere-se à Carta de Doação que D. Sancho II fez a D. Paio Peres Correia, Comendador de Alcácer do Sal e Mestre da Ordem de Santiago da Espada, após este ter conquistado o castelo, o que presumivelmente terá acontecido no ano anterior. Juntamente com o castelo são concedidos aos Espatários vastos territórios, que constituem os domínios do baluarte.

Nos anos seguintes à conquista de Tavira e Silves, respectivamente, em 1239 e 1240, e mais tarde de Faro, em 1249, o Castelo de Aljustrel terá perdido o valor estratégico que até então detinha como fortaleza fronteiriça, iniciando-se então a sua decadência.

Tal facto origina que em 1510, 276 anos após a sua conquista, o castelo se encontre completamente abandonado e em avançado estado de degradação. Esta degradação é pela primeira vez referida no Censo de 1532 e posteriormente em dois Autos de Posse, respectivamente de 17 de Fevereiro de 1565 e 27 de Outubro de 1586. Estes documentos referem que, em 1510, grande parte das paredes que constituíam o Castelo de Aljustrel se encontravam caídas, sendo mencionado o facto de também já não existirem portas.

## 2. AS INTERVENÇÕES

Após três anos consecutivos de escavações no Cerro da Nossa Senhora do Castelo, estamos em condições de caracterizar provisoriamente o estado actual dos trabalhos.

### 2.1. Estruturas arqueológicas

O aparecimento de estruturas e a sua relação/conexão tem representado um dos desafios mais interessantes desta escavação. Podemos referir a existência de dezoito estruturas perfeitamente definidas, no espaço da área intervencionada (sondagem 1 e 2).

As estruturas arqueológicas detectadas são essencialmente estruturas de habitação (ver planta), à excepção da estrutura VI (forno), da estrutura XVI (la-reira) e da XVII (muralha de taipa). Todas elas estão cobertas por uma camada

de taipa resultante da queda das paredes das casas, que formou uma espécie de chão selando e mantendo a base das estruturas. No entanto, foram detectadas algumas perturbações pós-deposicionais, originadas por raízes de árvores e algumas tocas de pequenos roedores que deram origem à existência de bolsas de materiais e à destruição de partes de algumas estruturas.

Todas estas estruturas se encontram associadas a materiais islâmicos medievais, pelo que, até este momento, consideramos terem sido destruídos os vestígios de ocupação pré-histórica do local, para além da recolha destes materiais em camadas de remeximento.

## **2.2. Estratigrafia**

Os perfis obtidos no decorrer das diversas campanhas permitem-nos, de certa maneira, confirmar a diacronia já prevista para este local, tendo sido possível detectar quatro camadas distintas na sondagem 2 bem como uma sequência de pisos térreos na sondagem 1.

Assim, na sondagem 2 temos um primeiro estrato de remeximento, onde é possível encontrar materiais medievais e mais tardios, junto com materiais pré-históricos, neolíticos e calcolíticos.

Uma segunda camada onde, embora os materiais aí recolhidos se apresentem ainda misturados, é possível detectar um grande nível de incêndio que deverá corresponder à última fase de ocupação do castelo.

As outras camadas apresentam já materiais muito homogêneos, nitidamente islâmicos, e caracterizam diversas fases de ocupação, já que se encontram relacionadas com estruturas e pisos postos a descoberto.

Na sondagem 1, e visto que as estruturas postas a descoberto se encontravam muito à superfície, a estratigrafia é mais simples. No entanto, no interior das habitações entretanto escavadas foram detectadas algumas sequências de ocupação, com base nos diversos pisos sobrepostos que foi possível encontrar. Estes pisos eram construídos fundamentalmente em terra, argamassada com cal e fragmentos cerâmicos.

## **3. ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO**

Um dos problemas levantados no decorrer da escavação deste sítio arqueológico, prende-se com o muito espólio arqueológico recolhido até ao momento, principalmente o cerâmico. No entanto, a sua fraca definição, enquanto “indicador cronológico”, pouco tem auxiliado o seu estudo e muito tem dificultado a atribui-

ção de cronologias rigorosas às diferentes camadas estratigráficas deste local.

É de referir que, a análise artefactual que se segue não é exaustiva e com ela não se pretende mais do que apresentar alguns materiais, indicadores de períodos em que o local em estudo foi ocupado por grupos ou populações humanas. Deste modo, o nosso objectivo não é a realização de um catálogo, que será elaborado posteriormente, mas tão somente dar a conhecer de uma forma sumária o material arqueológico, que aos poucos vai sendo recolhido e estudado pelos responsáveis da escavação.

Para facilitar a descrição dividiremos os materiais, cerâmicos, líticos, metálicos e osteológicos, por dois grandes períodos cronológicos — Pré-história e Idade Média.

Por fim, serão ainda tecidas algumas considerações relativamente à fauna.

### 3.1. Materiais Pré-Históricos

#### 3.1.1. Cerâmicas

Do espólio cerâmico referente a este período salientamos, um fragmento de recipiente com decoração de mamilo, os diversos fragmentos de crescentes, encontrando-se vários, perfurados nas extremidades. Um fragmento de bordo com decoração denteada, diversos fragmentos de pratos cerâmica manual, pertencentes a formas abertas — pratos e tigelas — sem qualquer decoração (alguns deles de bordo espessado e almendrado), recipientes com as superfícies brunidas e inúmeros fragmentos de cerâmica manual tipologicamente indefinidos. Destaca-se ainda um fragmento de uma colher em cerâmica, apresentando parte do cabo e metade da concha, um fragmento de placa, aparentemente rectilínea, com uma pequena perfuração circular num dos cantos. Importantes são os dois fragmentos de cerâmica campaniforme, com decorações incisas preenchidas com pasta branca, tipo Ciempozuelos, tendo um deles o bordo decorado externa e internamente.

#### 3.1.2. Líticos

Do espólio lítico destacamos uma lasca de quartzo com retoque marginal, um fragmento de lâmina retocado em ambos os gumes, apresentando ainda no seu lado esquerdo uma reentrância, um fragmento de lâmina de sílex retocada nos dois gumes, um machado de pedra polida de secção rectangular em anfibolite, um fragmento de machado de pedra polida de secção quadrangular em anfibolite, um fragmento de uma pequena enxada de pedra polida, um elemento de mó manual de

superfície plana, picotado vivo e base convexa, uma placa circular em xisto com um diâmetro de 6 cm, um polidor em grês, um afiador em anfíbolite e um fragmento mesial de uma lâmina denticulada, em sílex.

### 3.1.3. Materiais osteológicos

De entre estes salientamos um botão, com perfuração central e um furador, realizado a partir da ponta da haste de um cervídeo.

## 3.2. Os Materiais medievais

### 3.2.1. Cerâmicas

Podemos dividir as produções artefactuais cerâmicas, atribuíveis à Idade Média, em três grandes grupos. O primeiro caracteriza-se por a maior parte das cerâmicas pertencerem a recipientes que apresentam, predominantemente, uma pasta negra ou acastanhada, decorada com barbotina branca. Dentro deste tipo de cerâmicas destaca-se um fragmento de um recipiente de pasta cor de rosa, cujas superfícies possuem uma aguada de cor bege, com uma decoração de caneluras ténues, sendo a sua face exterior decorada com motivos pintados com uma barbotina negra e um fragmento de um alguidar, cuja pasta de cor bege apresenta uma decoração, no seu interior, feita através de uma aguada de cor negra, formando estrias horizontais irregulares. Salientamos ainda um fragmento de recipiente aberto, cujas superfícies são castanhas, nas duas faces, apresentando marcas de fogo na face interna. Possui decoração com canelura e impressão por “beliscão” no lábio, formando sulcos nos dois lados. O corpo apresenta caneluras bem vinçadas, feitas com auxílio de molde (pente). A pasta é de cor vermelha e preta.

O segundo grupo caracteriza-se por a maior parte das cerâmicas pertencerem a recipientes que apresentam o lábio plano ou triangular. É ainda de registar que a percentagem de peças decoradas, que integram este grupo, é mínima, verificando-se apenas dois casos em que, uma delas, foi efectuada uma com barbotina branca.

Por fim, o terceiro grupo, menos homogéneo que o anterior, apresenta variadas formas de recipientes, quer abertas, quer fechadas. Das várias centenas de fragmentos cerâmicos, por nós encontrados e que caracterizam este grupo, salientamos um fragmento de talha, com uma decoração geométrica complexa, um fragmento de uma vasilha cuja superfície exterior apresenta uma decoração incisa de linhas onduladas e irregulares, um fragmento de uma tampa de base plana e

pega em botão, um fragmento de uma grande taça, apresentando as superfícies um vidrado de cor castanha (vulgo melado), e um cordão vertical, que se inicia abaixo do bordo e uma pequena perfuração circular. Também interessante, tipologicamente, é o fragmento do eixo central de uma candeia de pé, cujo vidrado apresenta uma cor verde escura e o fragmento de um candil.

### **3.2.2. Materiais líticos**

Foram encontradas duas peças circulares, ambas em xisto, que julgamos serem peças de jogo e quatro fragmentos de mós manuais, com sinais de muito uso, três em grauvaque e uma em calcário, nitidamente alienígena.

### **3.2.3. Materiais metálicos**

Aqueles cuja forma é perceptível, são constituídos na sua maioria por pregos e cavilhas, registando-se apenas o aparecimento de uma mola de encaixe. Salientamos o conjunto de três pregos encontrados no interior do que parece ser um buraco de poste.

## **3.3. As Cronologias**

Os artefactos encontrados no decorrer das diversas campanhas efectuadas no Castelo de Aljustrel, permitiram apontar algumas cronologias ocupacionais do local, não nos sendo possível por enquanto (por ainda se encontrar a decorrer o estudo do sítio), apresentar cronologias finas para as produções artefactuais que recolhemos. Este aspecto também se deve ao facto de, na sua maior parte, os artefactos terem sido encontrados na camadas 1 e 2 que, como já vimos, correspondem aos níveis de remeximento.

Os conjuntos de artefactos pré-históricos, que agora apresentamos, podem ser comparados a outros encontrados no Sul de Portugal, sendo-nos assim possível definir um primeiro momento de ocupação humana do Morro de Nossa Senhora do Castelo, que deverá corresponder ao Neolítico Final e/ou Calcolítico.

Relativamente às cerâmicas medievais, a sua grande homogeneidade permite-nos integrá-las no período islâmico, sendo possível encontrar paralelos nas produções existentes em Mértola e Silves, para mencionar apenas estes locais. De facto, podemos dividi-las em três grandes grupos, a que correspondem dois períodos cronológicos. O primeiro período cronológico, que integra os primeiros



dois grupos cerâmicos, engloba os séculos IX, X, XI e o início do século XII. O segundo período, que integra o terceiro grupo cerâmico, abrange praticamente todo o século XII e a primeira metade do XIII.

Se o primeiro e segundo grupo cerâmico se podem integrar num período cronológico muito vasto, isso deve-se, mais uma vez e conforme já referido, ao facto de os materiais aparecerem em níveis de remeximento. No entanto, o terceiro grupo cerâmico já se encontra relativamente bem caracterizado, sendo as peças encontradas, apesar de na sua maioria também provirem de contextos de remeximento, tipologicamente iguais às apresentadas em vários catálogos de cerâmicas medievais peninsulares. Este facto permite-nos, através destes paralelos, datar este grupo cerâmico como pertencendo ao período Almoada.

#### 4. FAUNA

Os abundantes restos de fauna detectados, durante a escavação do castelo, nomeadamente junto a diversos locais de combustão, encontram-se ainda deficientemente caracterizados e estudados.

No entanto, o espólio osteológico é constituído por cerca de 1500 ossos, na sua grande maioria fragmentados, sendo, aproximadamente, 70% provenientes da camada 1 e 30% da camada 2.

Identificaram-se os seguintes géneros: *Bos*, *Equus*, *Sus*, *Ovis/Capra*, *Oryctolacus* e *Felis*, estando alguns deles em conexão anatómica. Surgem ainda vários ossos longos de carnívoro, de ave e hastes de cervídeo. Surgiram ainda algumas conchas de ostra, ameijoia e berbigão.

#### 5. OUTROS TRABALHOS REALIZADOS EM ALJUSTREL

Para além de diversos achados avulso que desde sempre ocorreram na área de Aljustrel, como, por exemplo, a descoberta das duas Tábuas de Bronze com legislação romana, foi efectuada, na década de 50, a escavação de uma grande necrópole romana por Rui Freire d'Andrade, na encosta onde hoje se localiza o Bairro de Valdoca.

Posteriormente, na década de 60, foram efectuadas por C. Domergue duas sondagens arqueológicas no chapéu de ferro de Algares e no morro da Mangancha, bem como diversas intervenções nos poços de mineração romanos, que se prolongaram intermitentemente até 1989.

No início da década de 80 foi efectuada uma escavação de emergência na área da cidade romana de Vipasca por técnicos do ex-IPPC, devido à construção

no local da Lavaria Piloto das Pirites Alentejanas, e que estaria associada à referida necrópole da Valdoca.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões a extrair destas intervenções, realizadas no Morro de Nossa Senhora do Castelo, assumem necessariamente um carácter provisório. De facto, não só os trabalhos arqueológicos se reportam ainda a uma pequena área, como os podemos considerar praticamente no seu início.

Apesar de tudo, em 1989, identificou-se um estrato (que poderá ser maior que o referido), pertencente à ocupação do local durante o período Calcolítico, mas que em 1992 não foi alcançado, apesar de terem sido detectados materiais deste período em contextos de remeximento e em níveis atribuídos ao período medieval islâmico.

No entanto, do material recolhido até ao momento, sobressaiem largamente as produções cerâmicas atribuíveis à época islâmica medieval.

Foram ainda detectados fragmentos cerâmicos que pertencem a períodos muito posteriores, como sejam os sécs. XVII e XVIII.

A par destas cerâmicas domésticas, foi recolhido um vasto espólio de fragmentos de telhas, de tradição islâmica. Um primeiro grupo formado por telhas espessas, com um arco de círculo relativamente largo e impressão de motivos decorativos feitos a dedo e um outro grupo de telhas com o mesmo formato (telha de canudo) com o mesmo tipo de decoração mas mais finas. Enquanto o primeiro grupo pode ser morfologicamente de tradição alto-medieval (reminiscências dos imbrice romanos), o segundo é nitidamente mais tardio, no entanto, a temática decorativa é semelhante nos dois grupos. As telhas do primeiro grupo podem, por isso, pertencer aos primeiros períodos da ocupação islâmica, enquanto as do segundo grupo são já de produção mais tardia.

Deste modo, a evidência arqueológica parece demonstrar que o Castelo de Aljustrel, teve uma primeira ocupação no Neolítico/Calcolítico que durou até ao Campaniforme, tendo sido então abandonado. Voltou a ser reocupado intensivamente, durante um largo período de tempo, o da ocupação islâmica, como uma pequena fortaleza, que serviria para a protecção das populações dispersas em seu redor, devendo ser inserida numa rede de fortificações em taipa, que se espalhava por todo o Alentejo e Algarve e novamente abandonado em época ainda por determinar, mas que terá sido anterior ao séc. XV.

Se a estas evidências arqueológicas juntarmos os resultados de diversas intervenções efectuadas na área de Aljustrel, podemos estabelecer um quadro diacrónico para o povoamento desta área.

Assim, temos uma primeira ocupação do morro do Castelo durante o Neolítico/Calcolítico. Segue-se o abandono deste local com passagem da ocupação para o morro da Mangancha durante a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. No período de ocupação romana, terá havido, inicialmente uma continuação de ocupação deste local, como o provam os diversos materiais romanos aí recolhidos, com progressivo abandono do local e passagem da ocupação para a área de planície, na cidade romana de Vipasca em volta do chapéu de ferro de Algares.

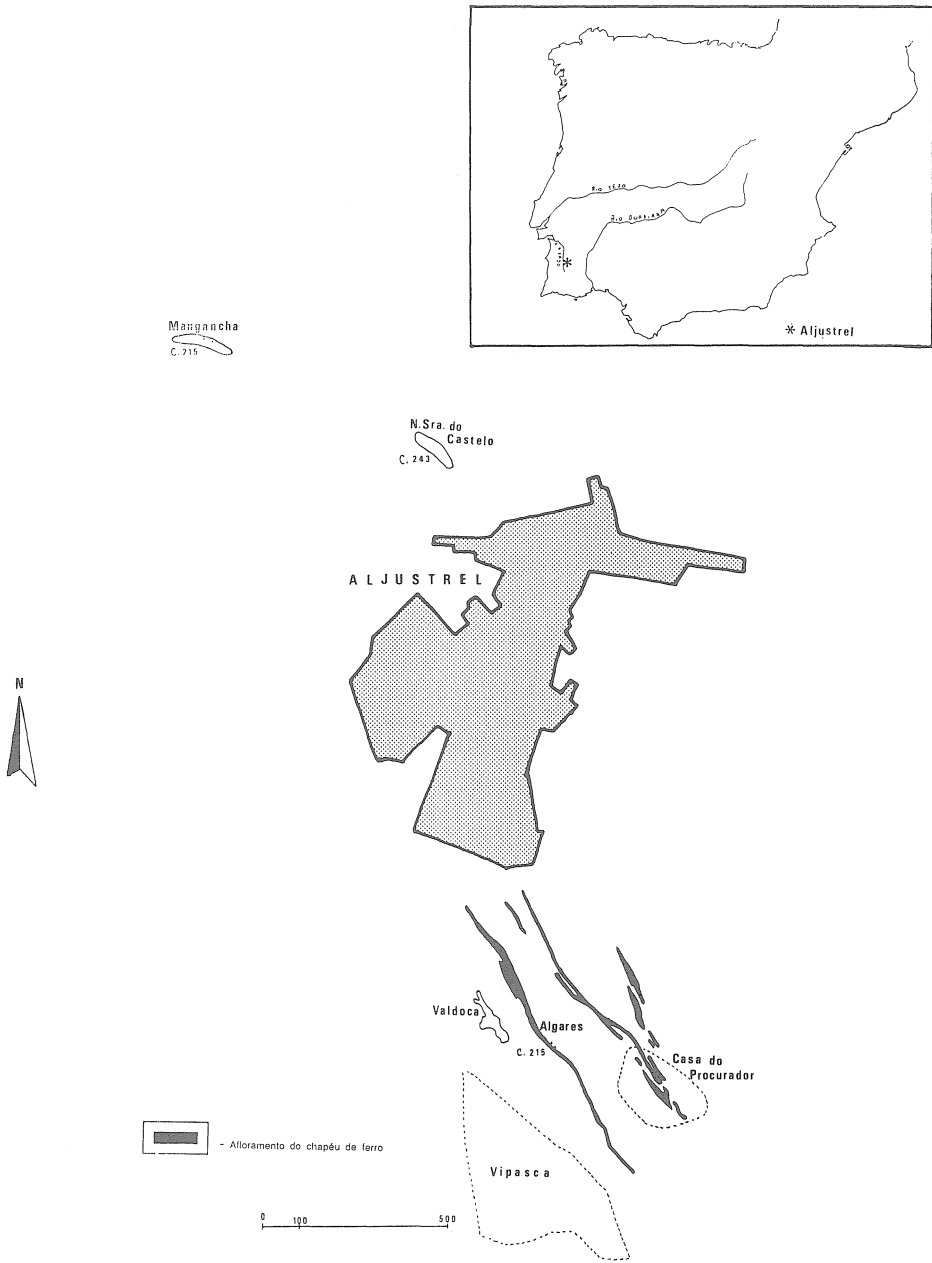
Após um período de possível abandono, sécs. V a IX/X, de que não foi ainda possível detectar vestígios concretos, embora nos recusemos a considerar como tendo havido uma desertificação do local, vamos encontrar, de novo, o povoamento no morro do Castelo, coincidindo com a chegada dos povos islamizados.

Com a reocupação do território por parte das tropas cristãs, e embora se saiba, pelas fontes escritas, que o castelo continuou as suas funções de defesa durante algum tempo, o povoamento começa progressivamente a estender-se pela encosta voltada a sudeste, tendo o castelo perdido então as suas funções defensivas e começado a deteriorar-se.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João de, 1945, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Vol. III, edição do autor, Lisboa.
- ANDRADE, Ruy Freire d', VIANA, A. e FERREIRA, O. da Veiga, 1957, Necrópole céltico-romana de Aljustrel, in: *23º Congresso Luso-Espanhola para o Progresso das Ciências - 7ª secção*, Ciências Históricas e Filológicas, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Coimbra, pp. 193-202.
- ANDRADE, Ruy Freire d' e FERREIRA, O. da Veiga, 1966, A necrópole de Valdoca (Aljustrel), in: *Conimbriga*, 5, Coimbra, pp. 1-6.
- ARNAUD, J. M., MURALHA, João, ESTORNINHO, A., 1991, Intervenção arqueológica num casal medieval (Reguengo Grande/Messejana/Aljustrel), in *Vipasca*, 1, Unidade Arqueológica de Aljustrel, Aljustrel, pp. 49-65.
- BAZZANA, A., 1979, *Céramiques Médiévales: Les Methodes de la Description Analytique Appliquées aux Productions de L'Espagne Orientale*, in: *Mélanges de la Casa de Velazquez*, Madrid.
- BAZZANA, A. e MONTMESSIN, Y., 1985, *La Céramique Islámique du Musée Archeologique Provincial de Jaen* (Espagne), Ed. Casa Velazquez, Madrid.
- BOONE, J.L., 1994, Rural settlement and islamization in the Lower Alentejo of Portugal. Evidence from Alcaria Longa, in *Actas do Encontro Internacional de Arqueologia do Sudoeste*, GIAPS/CAM, Huelva, pp. 527-544.
- BOUARED, Michel de, 1977, *Manuel d'Archeologie Medieval*, Ed. Teide, Barcelona.
- CAMPOS, Ezequiel, 1943, *O enquadramento geo-económico da população portuguesa através dos séculos*, 2ª edição, Lisboa.
- CATARINO, H., ARRUDA, A. M. e GONÇALVES, V., 1981, Vale do Boto: Escavações de 1981 no Complexo Árabe Medieval, in: *Clio*, 3, UNIARCH, Lisboa.

- CATARINO, H., 1994, Arqueologia medieval no Algarve Oriental. Os castelos de Alcoutim, in *Actas do Encontro Internacional de Arqueologia do Sudoeste*, GIAPS/CAM, Huelva, pp. 657-672.
- CHAZELLES, Claire-Anne de, 1990-Les constructions en terre crue d'Empúries à l'époque romaine, in *Cypsela*, nº VII, Centre d'Investigations Arqueològiques de Girona, Girona, pp.101-118.
- CORREIA, Fernando Branco, 1991- O Castelo de Aljustrel. Uma tentativa de interpretação, in *Vipasca*, 1, Unidade Arqueológica de Aljustrel, Aljustrel, pp. 67-72.
- DOMERGUE, Claude e ANDRADE, Ruy Freire d', 1971, Sondages 1967 et 1969 à Aljustrel (Portugal). Note préliminaire, in: *Conimbriga*, 10, Coimbra, pp. 99-116.
- ESTORNINHO, Alexandra, MARTINS, Artur, RAMOS, Carlos e MURALHA, João, 1994, O povoamento na área de Aljustrel. Seu enquadramento na faixa piritosa alentejana, in *Actas do Encontro Internacional de Arqueologia do Sudoeste*, GIAPS/CAM, Huelva, pp. 27-36.
- GOMES, Rosa Varela, 1988, Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves, in: *Xelb*, Vol. 1, M.M.A./C.M.S., Silves.
- GONÇALVES, V., CATARINO, H., e ARRUDA, A. M., 1980, O Sítio Romano-Árabe do Vale do Boto - Notícia da sua Identificação, in: *Clio*, 2, UNIARCH, Lisboa.
- HERCULANO, Alexandre, 1980, *História de Portugal*, Tomo II, Livraria Bertrand, Lisboa.
- LOBATO, Pe. João Rodrigues, 1983, *Aljustrel Monografia*, C.M.A., Aljustrel.
- MACIAS, S., 1994, Escavações arqueológicas no castelo de Moura. Primeiros resultados, in *Actas do Encontro Internacional de Arqueologia do Sudoeste*, GIAPS/CAM, Huelva, pp. 673-705.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1978, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Edições Cosmos, Lisboa.
- MATOS, L., 1983, Malgas Árabes do Cerro da Vila, in: *O Arqueólogo Português*, Série IV, Vol. 1, MNAE, Lisboa.
- PERES, Damião (dir.), 1929, *História de Portugal*, Vol. II, Portucalense Editora, Barcelos.
- ROSSELLÓ BORDOY, G, 1991, El Nombre de las Cosas en Al-Andalus: Una Propuesta de terminología Cerámica, in: *Monografies D'Art i D'Arqueologia*, Vol. I, Palma de Mallorca.
- SANTOS, Victor P. dos (coord.), 1969, Visitações de Alvalade, Casével, Aljustrel e Setúbal (Ordem de Santiago), in: *Documentos para a história da arte em Portugal*, Vol. 7, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- SARAIVA, José Hermano (dir.), 1983, *História de Portugal*, Vol. I, Edições Alfa, Lisboa.
- TORRES, Cláudio, 1982, A Alcáçova de Mértola, História de Arqueologia Urbana, in: *Arqueologia*, 8, GEAP, Porto.
- TORRES, Cláudio, (Coordenação de), 1987 - *Cerâmica Islâmica Portuguesa*, Catálogo, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola.
- TORRES, Cláudio, 1992, Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica, in *Arqueologia Medieval*, 1, CAM/Afrontamento, Porto, pp. 189-202.
- VIANA, A., 1958, Castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique), in *Arquivo de Beja*, Vol. XV, Beja.
- VIANA, A., 1959, Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo/ Castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique), in *Arquivo de Beja*, Vol. XVI, Beja.



Adaptado de C. Domergue, 1971.

Fig. 1 — Morro de Nossa Senhora do Castelo com indicação da área intervencionada.

Est. II

PLANTA FINAL DA SONDAGEM 2 (1993)

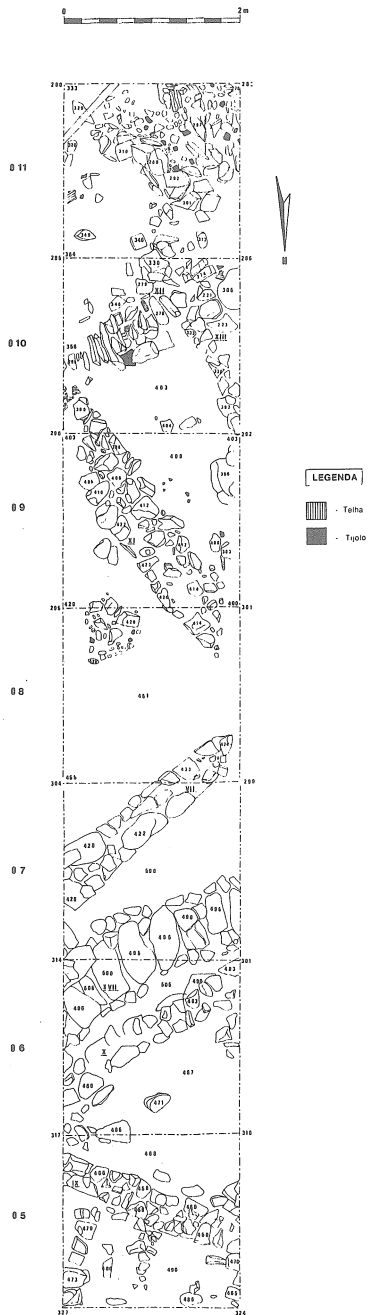


Fig. 2 — Planta da sondagem 2 em 1993.



Fig. 3 — Planta da sondagem 1.

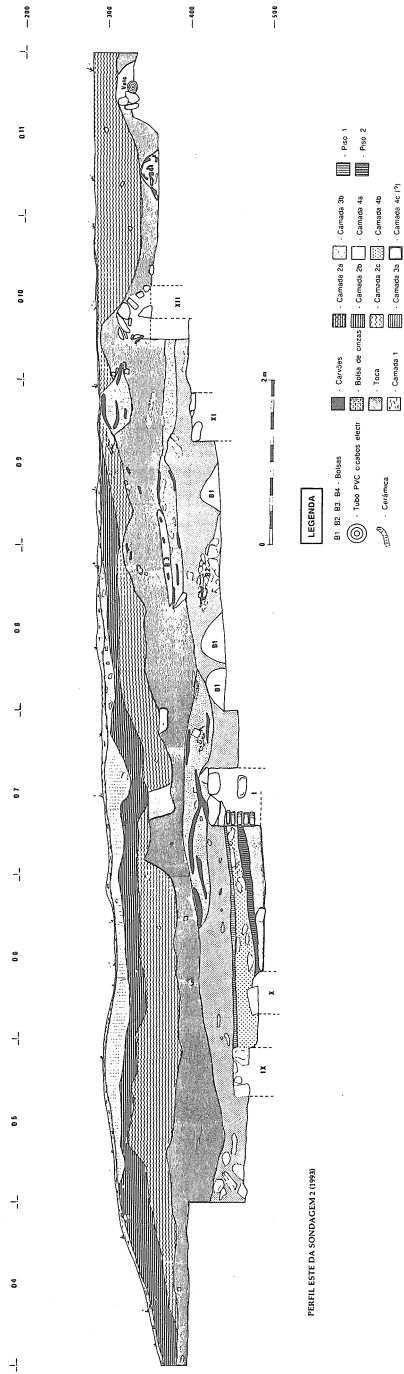


Fig. 4 — Perfil Este da sondagem 2.



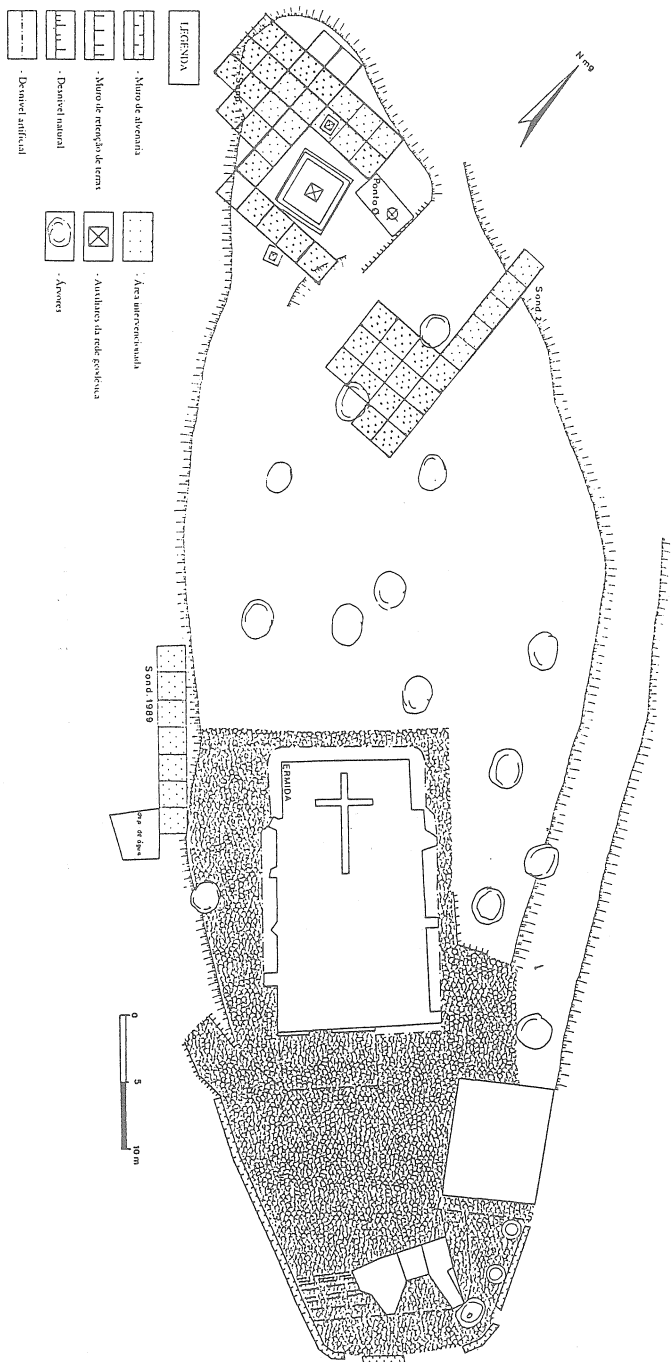


Fig. 5 — Implantação das várias estações arqueológicas na área de Aljustrel.

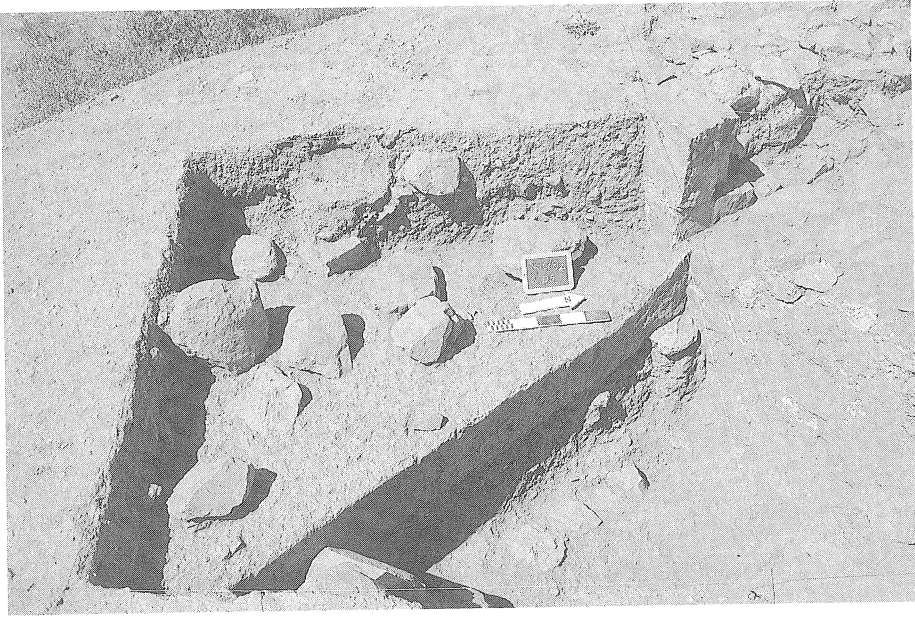


Foto 1 — Pormenor da muralha de taipa que adossa a um dos torreões da sondagem 1.



Foto 2 — Vestígios de pavimento de tijoleira junto a uma estrutura de construção em “espinha” na sondagem 2.

Est. VII



Foto 3 — Estrutura de combustão, possivelmente um forno, encontrada na sondagem 1 e sobreposta a uma estrutura mais antiga.

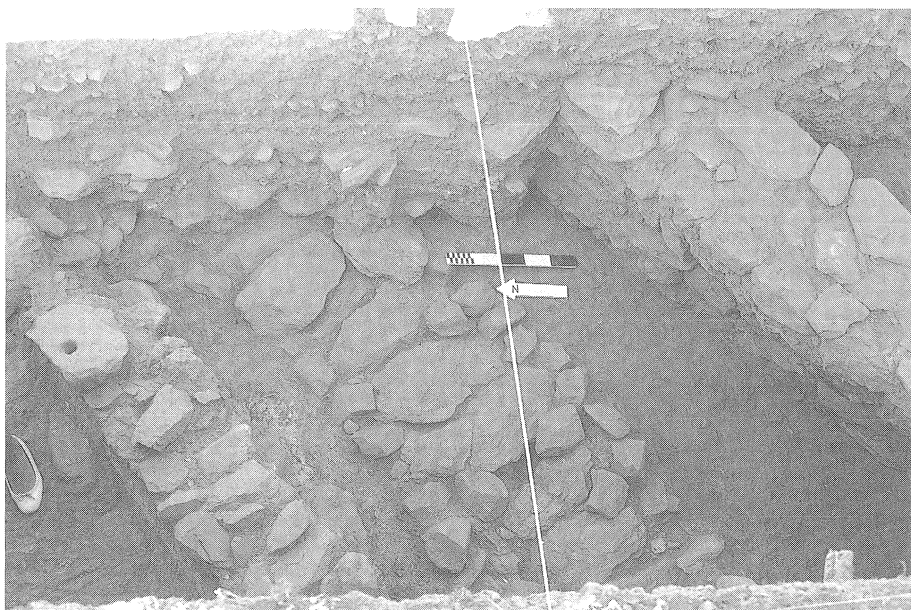


Foto 4 — Estrutura de esgoto de construção islâmica, situado na sondagem 2.